



Movimento pela vida, contra o ódio e a violência

Em setembro de 2018, as organizações e movimentos sociais de promoção e defesa dos direitos humanos, abaixo assinadas, estiveram reunidas em Brasília para debater a conjuntura brasileira atual e decidiram vir a público se posicionar em favor da vida, contra o discurso de ódio e a violência.

Compreendemos que o Brasil vive um momento de exacerbação das crises política, social e econômica. Esta crise repercute gravemente na compreensão e no papel dos direitos humanos. Grupos ideologicamente alinhados com propostas racistas, machistas, misóginas e xenóforas procuram fomentar um ambiente de ódio, naturalização da violência, preconceito e discriminação em relação aos mais pobres. Em todo o país, o medo e sensação de insegurança constituem argumentos para que a sociedade renuncie aos valores mais fundamentais, que embasam a dignidade da pessoa humana.

O discurso dos direitos humanos é distorcido e confundido com apoio à impunidade e violência. Para grande parte da população, influenciada pelos meios de comunicação dominantes, defender direitos humanos é defender direitos de bandidos. O dissenso entre as ideias descredibiliza defensores e defensoras de direitos humanos, que recebem, muitas das vezes, ofensivas à sua integridade física e moral.

Além do mais, manipulam-se conceitos caros aos movimentos de promoção e defesa de direitos humanos. Um destes direitos é o da defesa da vida. Conceito importante para reivindicar e denunciar a perseguição e o assassinato de lideranças populares que lutaram e lutam pela democracia e pelo direito à terra. Gradativamente, esta expressão tem sido apropriada por movimentos anti-feministas e anti-LGBTQ para afirmar valores morais fundamentalistas e conservadores.

A manipulação de conceitos como “ideologia de gênero” tem sido uma das estratégias utilizadas por quem quer deslegitimar a agenda de promoção e defesa de direitos humanos.

A consequência disso é que jovens, negros e negras moradores das periferias, favelas e dos campos são alvos de sucessivos atos de violência. É significativo o aumento do ódio contra grupos vulnerabilizados. Mulheres, negros e negras, migrantes, refugiadas, pessoas

LGBTQ, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros, sofrem com os efeitos desse retrocesso nas pautas ideológicas e humanitárias.

As recentes medidas de austeridade adotadas pelo neoliberalismo financeiro e obedientemente assumidas pelo governo golpista, afetam diretamente a política de inclusão social, iniciada nas décadas anteriores. O ataque aos direitos trabalhistas e a ameaça à seguridade social, incluindo o Sistema único de Saúde - SUS, a Previdência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, começam a apresentar seus efeitos nefastos junto à população mais pobre.

O incentivo à violência institucionalizada do aparato policial e do sistema penitenciário, a política de encarceramento em massa, a tentativa de retorno da ultrapassada e desumana política manicomial, a ineficiência da política de drogas e controle de armas aumentam o ambiente propício para violações sistemáticas dos direitos e liberdades civis.

O impulsionamento do agronegócio, a exclusão dos povos tradicionais de seus territórios mediante invasões e desassistência generalizada e a exploração ilegal dos recursos naturais por grandes grupos econômico provocam danos ao patrimônio material e imaterial do nosso povo assim como ao meio-ambiente.

Frente a este cenário de escalada do ódio e retirada de direitos, chamamos a todas e todos para se organizarem em um amplo Movimento que possibilite a reapropriação do sentido de defender a vida e de lutar contra o ódio. Diga **não** à todo e qualquer projeto orientado na negação dos direitos das mulheres, povos originários, quilombolas, juventudes negras, e que coloque os interesses do capital acima da vida dos povos e do planeta. Junte-se a nós!

Brasília, 25 de setembro de 2018.

Quilombo Mesquita

SMDH Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

CDDHEP-AC Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular

Instituto de Artes Professora Zilda Dias

Terreiro Ilê Axé T'OjúLabá

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal

MNDH Movimento Nacional de Direitos Humanos

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SDDH Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

CEDDH-CE Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Ceará

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Petrópolis

Comunidade Bahá'í

Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura

MPA Movimento dos Pequenos Agricultores / VIA Campesina

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Comitê Dom Tomás Balduino

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CDHPF - Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo

CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

MONITI DH